

Música na comunidade em Portugal (1980-2021): Prática *versus* disseminação

Jorge Graça

LaMCI - LEC, CESEM
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa
jorge.graca@campus.fcsh.unl.pt

Helena Rodrigues

LaMCI - LEC, CESEM
Departamento de Ciências Musicais
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa
helenarodrigues@musicateatral.com

Resumo

Desde a década de oitenta, tem-se assistido, em Portugal, ao aumento de práticas de música na comunidade (MC). A criação de uma licenciatura em MC, em 2007, contribuiu para o aumento de massa crítica nesta área. No entanto, existe uma grande discrepância entre a aparente prevalência da prática e o volume de escrita académica/relatórios sobre a mesma. Neste artigo irá teorizar-se sobre a génese dessa discrepancia, mapear quem escreveu sobre MC em Portugal e identificar o que poderá não estar a ser escrito. Foi realizada uma análise a 115 projetos (selecionados com base no seu âmbito, objetivos e divulgação) e a arquivos institucionais e revistas académicas portuguesas. Dos 884 artigos e editoriais publicados na *Revista Portuguesa de Educação Musical*, apenas quinze são sobre MC, dos quais doze foram publicados após 2008. Foram completadas, em Portugal, dezasseis teses de mestrado e quatro teses de doutoramento, sendo a mais antiga de 2011. Embora não seja possível determinar o número exato de projetos de MC em Portugal, este aparenta ser bastante superior do que o número das publicações nacionais. A razão para essa discrepancia poderá dever-se aos variados percursos dos praticantes, muitos dos quais não têm um curso em MC e poucos têm ligações a instituições académicas. A falta de financiamento público poderá exacerbar esta diferença. É menos provável que projetos autofinanciados produzam relatórios extensos. Os resultados apresentados sugerem a razão pela qual muitos projetos de MC não apresentam uma reflexão escrita e publicada, aspecto fundamental para melhorar e fazer crescer esta prática artística comunitária.

Palavras-chave

Música na comunidade; Prática de música na comunidade em Portugal; Projetos artísticos; Publicações em música na comunidade; Prática *versus* disseminação.

Abstract

Since the 1980s, Community Music (CM) practices have increased in Portugal. This emerging area developed critical mass after creating an undergraduate degree in CM in 2007. However, a discrepancy is observed between the apparent prevalence of the practice and the volume of academic writing/reporting on those practices. This paper will theorise how this discrepancy occurred, who writes about CM in

Portugal, and what might be left unwritten. This study involved an analysis of 115 MC projects (selected based on their scope, objectives, and publicity) and the analysis of institutional archives and Portuguese academic journals. Of the 884 articles and editorials published in Revista Portuguesa de Educação Musical, only 15 are about CM, of which 12 were published after 2008. This proportion is similar to the number of master's theses (16), and doctoral theses (4) completed in Portuguese universities, the oldest being dated 2011. Although it is impossible to determine the exact number of CM projects in Portugal, it appears to be higher than the number of national publications. This discrepancy may be due to the varied backgrounds of practitioners, many of whom do not have a degree in CM, and only a few with links to academic institutions. Moreover, the lack of public funding may exacerbate this difference. Self-funded projects are less likely to produce extensive reports. These findings suggest why many Portuguese CM projects lack written (and published) reflections, which would be a key element for improving and growing this community arts practice.

Keywords

Community music; Community music practice in Portugal; Artistic projects; Community music publications; Practice *versus* dissemination.

Introdução

Embora as práticas musicais participativas ou comunitárias tenham acompanhado o desenvolvimento humano em várias culturas e segundo vários modelos (DISSANAYAKE 2009), o termo música na comunidade (MC) nasceu nos anos sessenta do século XX em Inglaterra, paralelamente ao desenvolvimento de novas visões sobre o papel das artes na sociedade (HIGGINS 2012, 25). Estes paradigmas encontravam-se assentes nas noções de democracia cultural e de potenciação da prática artística de comunidades desfavorecidas (EVERITT 1997). A prática de MC em Portugal terá surgido nos anos oitenta e, desde então, tem vindo a ganhar um espaço próprio, levando ao surgimento recente de dois cursos superiores de MC.

Este artigo irá abordar sobre o aparente desfasamento entre a magnitude de projetos que se desenvolvem em Portugal e a produção académica sobre os mesmos. Revelando-se essa discrepância, procurar-se-á compreender as suas razões e perceber quem escreve sobre MC em Portugal. Para abordar estes temas será necessário definir primeiramente o campo conceptual do que se está a descrever quando nos referimos a MC, e perceber de que maneira este termo toma diferentes dimensões no contexto português.

Por uma definição de música na comunidade

O conceito de MC surgiu no final dos anos sessenta no Reino Unido, em paralelo com outros movimentos de artes comunitárias e participativas, de acordo com o que é explorado por Claire BISHOP em *Artificial Hells* (2012). Sendo de certa forma fruto do movimento contracultura dos anos pós-guerra, estes movimentos assentavam acima de tudo numa visão das artes como elemento catalisador de mudança na sociedade. Essa visão acarretava práticas e conceitos que diferiam dos paradigmas académicos. Como sugere esta autora:

To put it simply: the artist is conceived less as an individual producer of discrete objects than as a collaborator and producer of situations; the work of art as a finite, portable, commodifiable product is reconceived as an ongoing or long term project with an unclear beginning and end; while the audience, previously conceived as a ‘viewer’ or ‘beholder’, is now repositioned as a coproducer or participant (BISHOP 2012, 2).

Desse modo, as noções de democracia cultural e empoderamento de comunidades desfavorecidas são pilares comuns em todas estas expressões artísticas. Complementarmente, a MC define-se como uma alternativa à noção da música enquanto ferramenta apenas acessível a uma reduzida elite de especialistas, comercializada depois para as «massas» (MATARASSO 2019). No entanto, embora o conceito se encontre revestido de uma carga ideológica, política e artística consistente entre praticantes, a sua definição não é consensual ou sintética. Ao longo dos anos, as diversas tentativas de definir o que é a MC consistiram em processos de sincretismo de práticas, conceitos e filosofias dispareces, cujas conclusões não são necessariamente concordantes.

Por estas razões, sugestões de definições do que é MC passam mais pelo esclarecimento dos pontos filosóficos comuns entre projetos, do que por uma descrição de modos de agir ou metodologias. De facto, uma das riquezas da intervenção prática é a de que haverá quase tantas metodologias quantos os projetos. A discussão sobre o termo MC é uma questão comum e constante na área que, mais do que dar azo a uma definição consensual, suscita uma necessidade de redefinição orgânica e contextual dependendo do interlocutor, do público ou até do país. Um exemplo paradigmático destas dificuldades semânticas é o uso do termo na Alemanha, onde ganha uma conotação associada a práticas comunitárias musicais comuns no III Reich. Como descreve Alexandra KERTZ-WELZEL, «during this time, community music or Gemeinschaftsmusik often signified the manipulation of people through music, it exemplified being intoxicated and blinded by the emotional power of making music in a large group, giving up the individual power of judgment for a unity of will» (KERTZ-WELZEL 2013, 267).

Intervenções de MC envolvem a participação ativa na prática musical (tocar/cantar, improvisar ou compor) por uma comunidade, liderada por um especialista. Tendem a fazer uso de material musical bastante diverso, uma vez que é adaptado à comunidade a que se destina (signifique isto uma aproximação dos seus gostos ou um confronto com novas formas de fazer música). O indivíduo que desenvolve o projeto intitula-se «facilitador», uma vez que a sua função é a mediação de processos de interação entre pessoas através da música (HIGGINS 2009). O papel do facilitador (e, na verdade, de qualquer um dos envolvidos) não é estático, fluindo entre observador, participante, criador, performer, etc. (VEBLEN 2007). Fomenta-se uma noção de responsabilidade individual para com o grupo, que é recíproca. A criação de um espaço seguro para a exploração e expressão da identidade

individual é um dos pontos centrais e comuns desta forma de «musicar».¹ Este processo de criação de espaços seguros de exploração surge muitas vezes associado aos termos «hospitality», «welcome» e «safety without safety» (HIGGINS 2009). Com isto se quer dizer que estas práticas fomentam a criação de espaços de trabalho onde as pessoas são acolhidas («hospitality») de uma forma que permite um modelo de partilha artística onde cada contribuição é valorizada («welcome»). Desenvolve-se uma noção de responsabilidade partilhada por todos os participantes, potenciando um espaço de exploração criativa em que cada um é incentivado a experimentar livremente sem risco de humilhação ou diminuição do seu contributo. Sendo assim, estes projetos desenvolvem-se em comunidades com as mais diversas características demográficas e etárias, desde jovens a idosos, ou uma mistura de ambos (DANSEREAU e ILARI 2017; HALLAM *et al.* 2012). Dadas as características anteriores, há uma tendência para a inclusão de indivíduos ou grupos desfavorecidos. Desse modo, os projetos podem (mas nem sempre o fazem) tomar como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos participantes, para além do bem-estar oferecido pela prática musical em conjunto. Está assim implícito que o desenvolvimento das capacidades musicais dos participantes é secundário face ao foco no bem-estar emocional e sociopsicológico (BOWMAN 2009; HIGGINS 2012; VEBLEN 2007).

A necessidade de desenvolver ferramentas que facilitem a interface com música e potenciem o desfrutar do ato criativo leva regularmente o alargamento de projetos a outros meios de expressão artística. A multidisciplinaridade é uma ferramenta conhecida nestes projetos e deve-se principalmente ao facto de, nestes, a música ser menos um fim do que um meio ou processo. O objetivo é o de cuidar de relações interpessoais, ou mesmo o de procurar aliviar questões de ordem socioeconómica através da arte (HIGGINS 2009, 2012). Deste modo, faz sentido que as equipas que desenvolvem estes projetos sejam multidisciplinares, de forma a terem mais vias de abordagem à comunidade afetada (MATARASSO 2019).

O resultado de toda esta variedade de práticas multidisciplinares envolvendo música é a ambiguidade da definição do que se quer dizer quando se usa a expressão MC. Diversos autores apontam que esta ambiguidade resolve-se definindo os projetos não pela sua disparidade de práticas, mas pelas crenças que partilham. Esta posição é contestada por Mark RIMMER, que nota que «the price paid for what is, from one point of view, the catch-all utility of the term “community music” can come in the form of uncertainty, opaqueness and, perhaps, some bewilderment for those looking in on Community Music from the outside» (RIMMER 2015, 182). No entanto, um outro paradigma desta prática revela que, uma vez que estes projetos tendem a adaptar-se às comunidades em que são

Os autores seguem o *Acordo da Língua Portuguesa* de 1990.

¹ Como definido por Christopher SMALL (1998), o termo «musicar» abrange o vasto leque de interações possíveis com a música, desde a criação até à execução e escuta. Este conceito propõe uma visão das experiências musicais como momentos socialmente mediados, focando-se nas relações entre os participantes em vez do produto sonoro final.

aplicados, a sua multiplicidade é uma riqueza e não um problema que seja desejável resolver, ou como escreve David J. Elliot «it is highly unlikely – and in fact highly desirable – that there will ever be a fixed concept or “how-to” of CM [Community Music]. For however and wherever CM is conceived and practiced, this elusive phenomenon continues to evolve and diversify locally and internationally to meet the changing needs of the people it serves today and those it will serve tomorrow» (ELLIOTT 2012, 102).

Desta forma, neste artigo considerar-se-á como definição de MC o seguinte: a MC é uma prática multifacetada e abrangente, caracterizada pela sua natureza multimodal e multidisciplinar, na qual um ou mais profissionais da música colaboram com artistas amadores para conceber projetos artísticos, usando a música como meio de interação, com destaque para a promoção do bem-estar psicossocial dos participantes, embora também possam visar impactos socioeconómicos ou políticos mais amplos.

Música na comunidade em Portugal

A MC em Portugal aparenta ocupar dois «tempos» distintos. De certa forma, é mais recente do que outros países da Europa. Tal como na Noruega, por exemplo, o termo só começou a integrar o vocabulário da investigação no início do século XXI (RINDE - SCHEI 2017). No entanto, as práticas de projetos comunitários baseados na música podem ser identificadas aproximadamente a partir dos anos oitenta do século XX. Decerto haverá manifestações anteriores, embora afirmar isso não passe de um exercício especulativo. De qualquer das formas, embora as filosofias base da MC tenham sido assentes no início dos anos sessenta, é pouco provável que as práticas tivessem espaço para surgir antes de 1974, ou pelo menos associadas ao mesmo tipo de ideologias de democracia cultural e empoderamento de minorias (ALVES 2007). Portanto, até no surgimento do termo existe um desfasamento entre teoria e prática, algo que se manifesta de igual forma noutras países. Como afirmado por Felicity RINDE e Tiri SCHEI, «It is important to emphasize that while community music activities have been going on in Norway for a long time, it is only recently that the term “community music” (generally in English) has been used to describe these activities» (RINDE -SCHEI 2017, 20).

Não obstante a prática aparentar ter quase cinco décadas de existência em Portugal, o estudo e a escrita sobre essa prática é recente, havendo alguma dificuldade em encontrar informação sobre projetos de MC em Portugal anteriores a 2005. Embora potencialmente fruto de uma coincidência, esta data é próxima da criação do *International Journal of Community Music*, em 2007, uma revista que cujo papel na divulgação da vanguarda da investigação em MC é central. A crescente visibilidade de projetos de MC em Portugal e acontecimentos nesta área noutras países, sugere que, embora tacitamente, os praticantes portugueses estavam atentos ao estado da arte. Hipoteticamente, quando uma reflexão mais concreta e académica sobre essa prática começou a ganhar forma noutras países europeus, esta terá impulsionado praticantes e investigadores em Portugal a fazerem o mesmo.

No entanto, é nesta pesquisa sobre o que é a produção académica sobre MC em Portugal que surge a sugestão de poder existir um desfasamento entre o que se faz e o que se escreve sobre o que se faz. Não sendo caso único – as práticas artísticas comunitárias em vários países apresentam este lapso entre teoria e prática (KERTZ-WELZEL 2009; 2013; RINDE - SCHEI 2017) –, não deixa se ser interessante esta potencial decalagem no contexto português. Esse descompasso é especialmente interessante por vários fatores: em primeiro lugar, existem atualmente dois cursos superiores de MC,² sendo que em ambos o terceiro ano de curso prevê um estágio prático com relatório de estágio associado. Por outro lado, os dois principais centros de investigação em música associados a instituições de ensino superior portuguesas (CESEM e INET-md³) desenvolvem investigação em MC: o Grupo de Educação e Desenvolvimento Humano do CESEM abarca esta missão especificando-a num dos seus objetivos, a saber: «Criar metodologias e projetos de intervenção musical na comunidade adequados a populações com necessidades específicas em diferentes contextos educativos, sociais e terapêuticos» (CESEM [s.d.]); e o INET-md tem um grupo de investigação designado «Educação e Música na Comunidade».

De um modo semelhante, algumas das mais relevantes publicações académicas nacionais sobre investigação em música contêm artigos e investigações sobre MC. Esta análise será aqui complementada com um olhar sobre a escrita académica (dissertações de mestrado e teses doutoramento) indexada em repositórios institucionais de universidades portuguesas.

Embora os projetos de MC não necessitem obrigatoriamente de um caráter científico nem da expectativa de resultados teóricos, beneficiam significativamente da reflexão crítica, especialmente por envolverem regularmente o contacto com comunidades desfavorecidas. Por exemplo, no Reino Unido há uma associação mais explícita entre o desenvolvimento do projeto e a produção de um relatório reflexivo no seu término. Paralelamente, devido à dimensão relativamente pequena do meio artístico em Portugal, é comum encontrar artistas que conciliam carreiras académicas, criativas e educativas, como se observa nas equipas de investigação de centros como o CESEM, o INET-md e o CIPEM.

Licenciaturas em música na comunidade

A licenciatura em MC da Escola Superior de Educação de Lisboa e da Escola Superior de Música de Lisboa (ESELx/ESML) é uma presença interessante no panorama da MC em Portugal, isto porque a sua criação em 2007⁴ coincide com um aumento de visibilidade de projetos de MC em Portugal.

² A saber: a Licenciatura em Música na Comunidade, lecionada na Escola Superior de Educação e na Escola Superior de Música do Instituto Politécnico de Lisboa; e a Licenciatura em Música e Contextos Comunitários, lecionada no Instituto Politécnico de Bragança.

³ Que na sua estrutura engloba o CIPEM, outro centro de investigação que desenvolve também investigação sobre MC.

⁴ Cf. Portaria n.º 1552/2007, de 7 de Dezembro, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2007.

Como é comum na génese de cursos superiores, o seu plano de estudos envolveu reestruturações ao longo do tempo, encontrando-se em vigor a reestruturação realizada em 2018.⁵ É difícil avaliar a taxa de empregabilidade do curso, uma vez que a área de MC não se encontra discriminada na Classificação das Atividades Económicas Portuguesas (CAE), por exemplo. O relatório da Comissão de Avaliação Externa da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) revela que:

A indicação da percentagem de 58,8% de diplomados que obtiveram emprego em setores de atividade relacionados com a área do ciclo de estudos deixa antever que uma percentagem significativa não encontra emprego após ter terminado o seu curso. Por outro lado, esses setores de atividade não são indicados, pelo que a CAE não pode aferir da efetiva adequação entre os objetivos do curso e os locais de emprego dos licenciados (A3ES 2017).

Torna-se difícil mapear o destino profissional dos estudantes do curso, uma vez que essa prática é invisível em muitos casos, e os seus praticantes articulam a criação de projetos de MC com o ensino de música e a sua carreira enquanto intérpretes.⁶ Isto poderá dever-se ao subfinanciamento generalizado da cultura em Portugal e, em específico, deste tipo de projetos.⁷ Dada a inexistência de financiamento consistente, a maioria dos praticantes de MC fá-lo em articulação com outras aplicações do seu saber musical, enquanto professores e artistas.

No ano letivo de 2018/2019, surgiu um novo curso superior de MC, designado Música em Contextos Comunitários, no Instituto Politécnico de Bragança.⁸ O plano de estudos é semelhante à licenciatura da ESELx/ESML, embora não apresente uma disciplina dedicada à investigação em MC. Na Universidade de Aveiro existiu no Mestrado em Ensino de Música a disciplina de Música, Criatividade e Educação entre 2011 e 2015. Esta disciplina contava no seu programa com o desenvolvimento de projetos de MC ao longo do semestre.

Associações de relevo em MC

Várias associações culturais nacionais dedicam-se a projetos artísticos comunitários, muitos não apenas musicais, mas envolvendo outras áreas artísticas, ou até projetos em que a música é apenas um elemento secundário do processo criativo. No entanto, é de ressalvar em específico o trabalho de

⁵ Cf. Despacho n.º 8751/2018, de 13 de Setembro no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2018.

⁶ Estes dados foram obtidos no âmbito do projeto de investigação de doutoramento do primeiro autor deste artigo, ainda em curso, através de inquérito por entrevista aos responsáveis pela licenciatura em MC.

⁷ Portugal foi em 2020 um dos países europeus que menos investiu do seu PIB em cultura (0,6 %, sendo que a média europeia é de 1 %). Dados eurostat (2020).

⁸ Cf. Despacho n.º 5473/2019 de 5 de Junho do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2019.

três associações, não porque sejam únicas, mas porque o trabalho que desenvolvem em MC é contínuo e refletem sobre o mesmo de um modo visível e consistente. Estas são, por antiguidade de fundação, a Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP), a Companhia de Música Teatral (CMT) e a ondamarela.

A SAMP (baseada em Leiria),⁹ liderada por Paulo Lameiro, é constituída por uma equipa multidisciplinar e foca-se em criar projetos de continuidade com diversas populações e demografias. Os projetos que leva a cabo envolvem bebés, idosos em cuidados paliativos, crianças em alas pediátricas e, num dos seus projetos mais emblemáticos, o desenvolvimento de óperas em contextos prisionais. Este último realça-se pela dificuldade logística de desenvolver este tipo de atividades em contextos de reclusão, assim como o facto de se ter mantido ativo durante o confinamento devido à pandemia de COVID-19, em 2020. A SAMP destaca-se por desenvolver projetos de longa duração. Aliás, tendo em conta os projetos de MC analisados neste artigo, os mais antigos ocorreram no âmbito da atividade da SAMP (1991). Esta resiliência nos projetos é interessante em dois pontos: em primeiro lugar, na altura em que foram desenvolvidos, o conceito de MC ainda não era comum, nem estes projetos bem financiados;¹⁰ em segundo lugar, o financiamento de projetos de MC é ainda hoje complexo, levando a que sejam muitas vezes pontuais e efémeros.

A CMT¹¹ (baseada em Lisboa e com membros por todo o país) é um coletivo que desenvolve projetos educativos e artísticos para diversos públicos e contextos. Nem sempre os projetos são de foro comunitário, mas em muitos casos envolvem a criação de uma grande relação de proximidade com o público envolvido. A maioria dos projetos que desenvolve é registada no seu *website*, sendo também comum a gravação de curtos documentários sobre o desenvolvimento do processo criativo. Regularmente, publicam reflexões académicas sobre projetos desenvolvidos (FARIA 2013; GRAÇA - RODRIGUES - RODRIGUES 2021; RODRIGUES *et al.* 2010; RODRIGUES - RODRIGUES 2014).

A ondamarela (baseada em Guimarães),¹² liderada por Ana Bragança e Ricardo Baptista, é uma associação que desenvolve uma grande variedade de projetos comunitários, maioritariamente de foco musical, mas por vezes envolvendo também outras artes como teatro, expressões plásticas ou fotografia. Embora não apresente projetos com tanta longevidade como a SAMP, revela uma grande variedade e capacidade de adaptação às comunidades envolvidas. A sua produção artística é registada no seu *website*, à semelhança da CMT, incluindo diversos documentários realizados ao longo do desenvolvimento dos projetos.

⁹ Consultar o sítio oficial: <www.samp.pt> (acedido em 20 de fevereiro de 2023).

¹⁰ Dados fornecidos por Paulo Lameiro, em entrevista, no âmbito do projeto de investigação de doutoramento do primeiro autor deste artigo.

¹¹ Consultar sítio oficial: <musicateatral.com> (acedido em 20 de fevereiro de 2023).

¹² Consultar sítio oficial: <ondamarela.pt> (acedido em 20 de fevereiro de 2023).

Método

De seguida serão descritas as fontes e métodos de recolha de dados que alimentaram a escrita deste artigo. Dividiram-se as fontes consultadas de acordo com as seguintes tipologias: base de dados, publicações institucionais, artigos científicos e livros.

Publicações

Nesta seção são elencadas as fontes de escrita sobre MC em Portugal. Foram consideradas publicações internacionais (artigos em revistas científicas, teses e dissertações, participação em conferências) de autores nacionais ou sobre projetos nacionais.

Repositórios institucionais

A pesquisa de dissertações de Mestrado e teses de Doutoramento sobre MC foi efetuada através dos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). A pesquisa foi efetuada através de palavras-chave («música na comunidade»; «música participativa»; «arte comunitária»; «arte participativa»; «arte colaborativa»; «arte socialmente engajada»; e permutações destes termos), nome de instituições ou projetos («SAMP»; «ondamarela»; «CMT»; «Música nos Hospitais», «Orquestra Geração», «Curso de Animadores Musicais da Casa da Música»; «Ópera na Prisão»; «Sons à Margem»; «Academia de Produtores Culturais»; «23 Milhas»; «5^a Punkada»; «Som. Sim. Zero»; «Sonópolis»; «Mãos que Cantam»; assim como os restantes projetos incluídos na base de dados apresentada na secção seguinte), cursos de MC, professores/investigadores que regularmente orientam teses sobre o tema («Paulo Maria Rodrigues»; «Isabel Menezes»; «Paulo Ferreira Rodrigues»; «Abel Arez»; «Ana Gama»).

Artigos científicos

Em termos quantitativos, o número de artigos publicados em revistas portuguesas ou internacionais e o número de teses publicadas sobre MC é semelhante. Na sua maioria, os artigos e teses foram publicados após 2008, também posteriormente à criação da licenciatura em MC da ESELx/ESML. Diversos autores que publicam sobre MC em Portugal também o fazem em revistas de renome internacionais como, por exemplo, o *International Journal of Community Music*. Foram excluídas desta contabilização as apresentações em congressos sem publicações associadas, uma vez que não permitem uma análise do conteúdo escrito. Foram efetuadas pesquisas nas bases de dados b-On, Web of Science e no motor de busca Google Scholar. Também foram mapeados artigos em arquivos de revistas relevantes (*International Journal of Community Music*, por exemplo). As palavras-chave usadas nas pesquisas procuraram não só focar MC («música na comunidade», «community music», «música» + «comunidade», «community» + «music», e permutações destes termos em inglês e

português) mas também artes comunitárias/participativas («arte participativa», «arte comunitária», «participatory art», «community art», «community» + «art», «arte» + «comunidade», e permutações destes termos em inglês e português) e, particularmente, projetos deste género desenvolvidos em Portugal.

Livros e capítulos de livros

Embora não existam livros editados sobre a prática de MC em Portugal, algumas referências podem ser encontradas em diversas obras. Por exemplo, um capítulo no livro *Communicative Musicality* de Stephen MALLOCH e Colwyn TREVARTHEN (2010) sobre o projeto *BebéBabá* desenvolvido pela Companhia de Música Teatral em contexto de estabelecimento prisional (RODRIGUES RODRIGUES - CORREIA 2010); e o livro *A Restless Art* de François MATARASSO (2019) que faz diversas referências a projetos de MC em Portugal, em específico o trabalho da supracitada SAMP, assim como ao Festival de Música de Setúbal, que inclui regularmente apresentações da orquestra comunitária Ensemble Juvenil de Setúbal.

Base de dados relativa a projetos em MC

No âmbito do projeto de doutoramento de Jorge Graça, primeiro autor deste artigo, encontra-se a ser elaborada uma base de dados que procura sintetizar informação sobre projetos concretizados de MC em Portugal. A identificação de projetos e recolha de informações é realizada através de fontes diversas, como por exemplo: publicações em redes sociais, notícias em meios de comunicação, publicações em *sites* institucionais, referências em dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, publicações científicas, relatórios de atividades de centros de investigação, conversas informais com praticantes e entrevistas a especialistas. Relativamente às publicações encontradas em repositórios institucionais, refira-se que todos os projetos identificados por essa via estão inseridos na base de dados, uma vez que são projetos visíveis e com bastante informação disponível. No entanto, nem todos os projetos da base de dados têm publicações associadas.

Após recolha de dados, estes são registados em formato de folha de cálculo e posteriormente importados para o *software* MaxQDA, para análise comparativa. A informação é catalogada de acordo com os seguintes critérios: perfil de facilitador; perfil de promotor; data de início do projeto e sua duração; se se repete; existência de foco educativo e/ou performativo; dimensão, origem e composição da comunidade; origem e tipo de financiamento; multidisciplinaridade e áreas artísticas envolvidas; outras características distintivas. Não foram recolhidos dados sobre a qualidade/eficácia dos projetos, uma vez que: i) a avaliação é complexa mesmo quando o projeto inclui uma dimensão investigativa (BERGH 2007); e ii) a quase inexistência de estudos públicos de eficácia realizado no âmbito de projetos nacionais finalizados. Várias teses têm-se debruçado sobre a análise de um projeto

em particular (ANACLETO 2014; LAMELA 2017; REIS 2017; SILVA 2018), mas a intenção subjacente à construção da base de dados não é replicar este tipo de análise com cada um dos projetos identificados.

Para análise neste artigo, consideram-se 115 projetos, tendo sido excluídas as entradas incompletas no que concerne à informação base (tendo em conta os critérios mencionados) e aquelas que não foram verificadas à data de submissão deste artigo.

Resultados e discussão

Projetos implementados

Com base nas informações da base de dados, apresenta-se de seguida a distribuição dos projetos tomando como referência o primeiro ano de implementação (Figura 1).

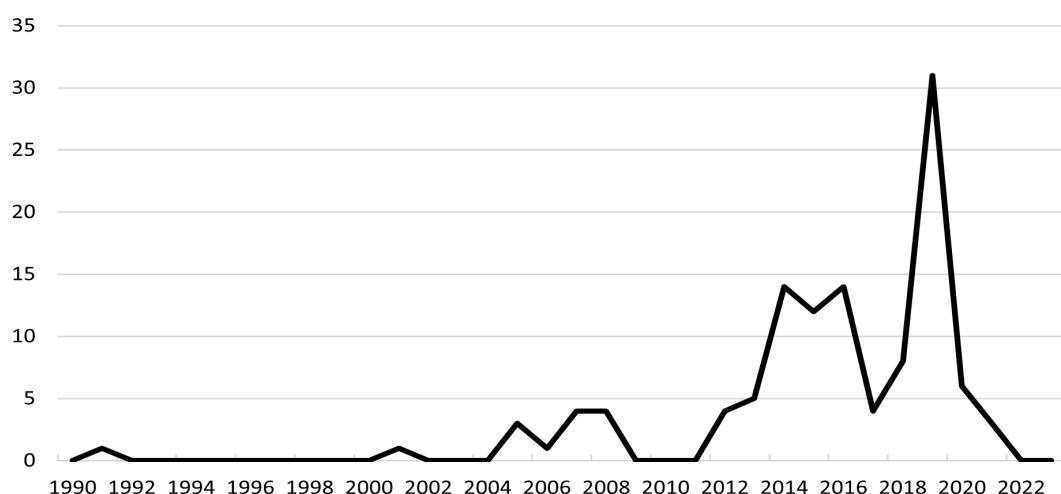


Figura 1. Número de projetos criados por ano (excluindo repetições)

Note-se que o projeto que iniciou em 1991 continua a repetir-se anualmente. De igual modo, são óbvios três picos de criação de projetos: em 2007 ($n = 5$, 4.3 %); em 2014 ($n = 15$, 13.0 %) dois anos após publicação de uma das obras paradigmáticas na área (HIGGINS 2012); e mais recentemente em 2019 ($n = 31$, 27.0 %). A quebra nos anos seguintes dever-se-á provavelmente à pandemia que surgiu em 2020, e que tornou impossível uma série de projetos, em especial os que lidavam com comunidades de contextos socioeconómicos desfavorecidos e/ou com grupos vulneráveis (idosos, refugiados, pessoas com necessidades especiais, entre outros).

Uma reflexão sobre a distribuição geográfica deste tipo de projetos está em curso, e será incluída no texto final da tese de doutoramento do primeiro autor deste artigo.

Publicações

No que se refere a publicações de foro académico foram apuradas de dezasseis dissertações de mestrado e quatro teses de doutoramento sobre MC, sendo que a mais antiga data de 2010. Das dezasseis teses de mestrado, onze (68.8%) foram realizadas por alunos da Universidade de Aveiro, oito das quais sob orientação de Paulo Maria Rodrigues. De seguida, apresentam-se duas tabelas com os artigos publicados sobre MC por autores portugueses, sendo a Tabela 1 referente a revistas portuguesas e a Tabela 2 referente a revistas internacionais.

Revista	Data	Título	Autores
<i>Revista Portuguesa de Musicologia</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Revista Portuguesa de Educação Musical</i>	1986	A música como factor determinante na prática associativa e cultural de um bairro suburbano do distrito de Lisboa	Morais, Domingos
	1993	Criatividade – Programa destinado a sessões de criatividade musical para adultos não músicos	Capdeville, Constança
	1996	MUS-E PORTUGAL – Fonte de Equilíbrio e Tolerância	Cruz, Cristina Brito da
	2005	A Educação e a Música no divã – «nóias», paranoias, dogmas e paradigmas – seguido de apontamento sobre uma «gota no oceano»	Rodrigues, Helena; Rodrigues, Paulo M.
	2008	A música como meio de intervenção social: a importância de um modelo de sucesso para o contexto português	Caldas, Matilde
	2008	O Serviço Educativo da Casa da Música	Rodrigues, Paulo Maria
	2009	Projecto Zéthoven	Cipriano, Luís
	2009	O impacto do projeto artístico-formativo Grande Bichofonia no contexto das AEC	Ferreira, Sónia Rio; Vieira, Maria Helena; Rodrigues, Helena

	2009	Música nos Hospitais em Portugal: algumas reflexões a partir da Psicologia Social Comunitária	Góis, Ana Paula; Freitas, Maria de Fátima
	2009	Orquestra Geração	Lima, Helena
	2009	BelaBatuque. Educar para valores: um projeto de percussão na promoção da formação/socialização	Mobilha, Elsa Félix
	2009	Orquestra Kajabucalho	Rodrigues, João
	2010	«A música toma conta de mim», um projecto educativo da Casa da Música	Palheiros, Graça Boal; Pinheiro, Sara; Ferreira, Vera
	2014/2015	Aprendizagem musical e participação	Creech, Andrea
	2014/2015	Ideias para a formação e intervenção na música comunitária	Faria, Cristina
	2016/2017	LabJázzica: a afinação das sementes	Lopes, Filipe
<i>Revista Portuguesa de Psicanálise</i>	2009	Jogo, Música e Afectos	Rodrigues, Helena; Rodrigues, Paulo M.
<i>Revista Portuguesa de Educação Artística</i>	2018	ParticipART – «Amanhã Temos Bom Dia». Projeto Artístico de Intervenção Comunitária	Arez, Abel; Dias, Alfredo; Matos, Joana; Sá, Kátia; Natália, Vieira; Pereira, Teresa Matos

Tabela 1. Publicações sobre MC em revistas portuguesas

Numa proporção semelhante às teses, considerando quatro revistas portuguesas — *Revista Portuguesa de Musicologia* (RPM), *Revista Portuguesa de Educação Musical* (RPEM), *Revista Portuguesa de Educação Artística* (RPEA) e *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) —, verifica-se que a RPEM é a que tem mais publicações sobre o tema (16), seguida de um artigo na RPEA (AREZ *et al.* 2018), um artigo na Revista Portuguesa de Psicanálise, sendo inexistente na RPM. Dos artigos publicados, treze (72.22 %) foram-no depois de 2008.

Revista	Data	Título	Autores
<i>International Journal of Community Music</i>	2010	Music for Mothers and Babies Living in a Prison: A report on a Special Production of «BebéBabá»	Rodrigues, Helena; Leite, Anabela; Faria, Cristina; Monteiro, Irene; Rodrigues, Paulo M.
	2016	Understanding Leadership in Community Music-Making Projects Behind Bars: Three Experiences in Portuguese Prisons	Lamela, Inês; Rodrigues, Paulo M.
<i>Music and Arts in Action</i>	2017	Singing Against Loneliness. Songs of a Homeless Choir in Porto	Boal-Palheiros, Graça
<i>Research Studies in Music Education</i>	2019	Between Adoption and Adaptation: Unveiling the Complexity of the Orquestra Geração	Costa, Jorge A.; Cruz, Ana Isabel; Mota, Graça
<i>European Review Artistic Studies</i>	2020	Música na Comunidade e Intervenção: Uma abordagem às práticas dos estudantes da Licenciatura em Música na Comunidade da ESELx/ESML em contexto de estágio (2015-2017)	Moreira, Pedro; Gama, Ana
<i>Musicae Scientiae</i>	2021	Fugue for Four Voices: Building Narratives Through Music Behind Bars	Lamela, Inês
<i>Nordic Journal of Art and Research</i>	2021	Projecto X: A Journey Inside Ourselves and What We Found When We Arrived	Graça, Jorge; Rodrigues, Helena; Rodrigues, Paulo M.

Tabela 2. Publicações sobre MC em revistas internacionais por autores portugueses.

Em publicações internacionais, existe um artigo na *European Review Artistic Studies* (MOREIRA - GAMA 2020), um na *Music and Arts in Action* (BOAL-PALHEIROS 2017), um na *Musicae Scientiae* (LAMELA 2021), dois no *International Journal of Community Music* (LAMELA - RODRIGUES 2016; RODRIGUES *et al.* 2010), um no *Nordic Journal of Art and Research* (GRAÇA - RODRIGUES - RODRIGUES 2021) e um no *Research Studies in Music Education* (COSTA - CRUZ - MOTA 2019). Não se exclui a existência de artigos sobre o tema que tenham eludido o processo de pesquisa, quer por não terem um foco específico em MC, quer por não referirem o termo ou termos próximos (artes comunitárias, arte participativa, etc.), ou ainda por se encontrarem em revistas não indexadas.

Como referido acima, não existe uma publicação nacional dedicada a MC, nem em formato de revista científica, nem em formato de livro. No entanto, diversos projetos contam com referências em outras obras publicadas. Existe, por exemplo, o capítulo sobre o projeto *BebéBabá* no livro *Communicative Musicality* de Stephen MALLOCH e Colwyn TREVARTHEN, e diversas referências a

projetos da SAMP no livro *A Restless Art* de François MATARASSO. No entanto, torna-se difícil verificar a existência de referências a projetos de MC portugueses no formato de capítulo de livro.

Na sua maioria, os autores dos artigos não têm um curso de MC. Geralmente a sua formação é em música, etnomusicologia ou ensino de música. As suas práticas principais tendem a não ser na área da MC, embora demonstrem um trabalho contínuo nesse domínio.

Financiamento

Nesta secção irão ser apresentadas as fontes de financiamento de projetos em MC, em Portugal, tendo em conta as informações presentes na base de dados referida acima (Figura 2). As questões financeiras são relevantes para este tipo de projetos e têm um grande impacto no tipo e quantidade do que se publica sobre MC (RIMMER 2018).

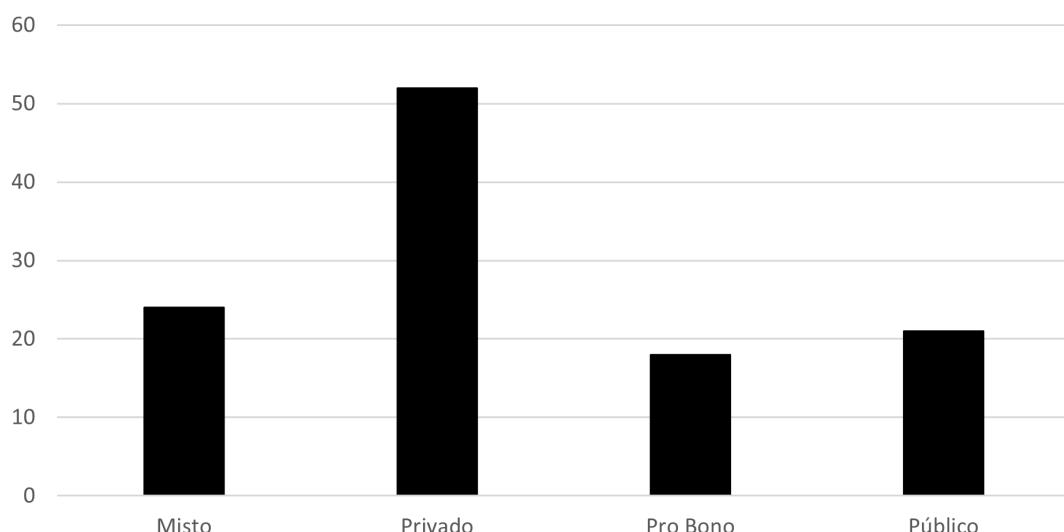


Figura 2. Origens do financiamento dos projetos considerados para este artigo

A maioria dos projetos conta com financiamento de instituições privadas ($n = 52$, 45.2 %). Outros contam com financiamento misto (em parte privado, em parte público) ($n = 24$, 20.9 %) e uma parte considerável dos projetos é *pro bono* ($n = 18$, 15.7 %) concretizados com fundos próprios dos facilitadores. Conforme observado, o financiamento proveniente do setor privado é o mais comum. Enquanto fontes de financiamento no setor público, refira-se a Direção Geral das Artes, que também se apresenta como uma entidade financiadora de relevo, assim como várias Câmaras Municipais e outras estruturas de autoridade local. Como explicitado acima, a existência de financiamento não só é relevante para a criação e manutenção dos projetos, como até para a sua visibilidade e consequente comparação e análise com a realidade nacional e internacional.

No caso português, a reflexão sobre financiamento terá de incluir uma referência ao programa PARTIS (Práticas Artísticas para a Inclusão Social), desenvolvido pela Fundação Calouste Gulbenkian (2021), cuja primeira edição ocorreu no triénio 2014-2016. Este programa é a origem de financiamento de diversos projetos de MC. Para documentação dos projetos apoiados pelo PARTIS, cada promotor deve, a cada ciclo de financiamento, elaborar um relatório geral que reflete sobre os frutos ou problemas do projeto apoiado e, no final do projeto, criar um vídeo descritivo e explicativo sobre o mesmo. Este tipo de estruturas financiadoras de caráter privado (ou mecenas de artes) são agentes bastante importantes num país cujo investimento em práticas artísticas é proporcionalmente reduzido quando comparado com outras economias europeias (EUROSTAT 2020). Embora os relatórios individuais de cada projeto não sejam públicos, o relatório do ciclo de financiamento de cada edição do PARTIS permite-nos ter uma visão mais concreta do que a autoridade financiadora define como sucesso ou insucesso, os pontos que valoriza e o que é esperado e entregue por cada projeto financiado. No caso do PARTIS, a criação de um «legado» de cada projeto (ou seja, a continuidade das práticas para além do ciclo de financiamento) é um ponto importante, assim como a criação de parcerias estáveis entre quem desenvolve os projetos e quem os acolhe (CRUZ 2019).

Considerações finais

Em termos de publicações, aparentemente, o despontar de uma reflexão concreta e académica sobre a prática em MC noutras países europeus terá impulsionado praticantes e investigadores em Portugal a fazer o mesmo. De um modo geral, as publicações focam apenas um projeto (por exemplo, Orquestra Geração, Música nos Hospitais), um panorama de uma instituição (por exemplo, Serviço Educativo da Casa da Música) ou uma tipologia de projeto (por exemplo, projetos em prisões). No entanto, existem projetos que contam com publicações de diferentes tipos, permitindo um olhar mais aprofundado sobre o seu desenvolvimento e resultados. Um exemplo disso é o projeto BebéBabá, criado pela CMT em 2001. Este projeto é abordado num livro e documentário (RODRIGUES 2003), em quatro artigos (LAMELA - RODRIGUES 2016; RODRIGUES et al. 2010; RODRIGUES - RODRIGUES 2005; 2009a), dois capítulos de livro (RODRIGUES - RODRIGUES - CORREIA 2010; RODRIGUES - RODRIGUES 2009b) e duas teses de doutoramento (FARIA 2013; LAMELA 2017). Esta variedade de olhares e abordagens permite-nos conhecer o processo de forma multifacetada e possibilitará a reconstrução das várias fases noutro contexto. BebéBabá parece ser, até ao momento da escrita deste artigo, o único projeto envolvendo bebés a viver com as mães em contexto prisional, relatado internacionalmente em publicações académicas. Atente-se a palavra «relatado» porque, como em diversas outras situações discutidas acima, decerto existem projetos do género que não foram documentados em publicações e, portanto, se tornam invisíveis.

A invisibilidade de projetos não divulgados é talvez o cerne da questão: não escrever/publicar/disseminar algo, seja em formato académico ou outro, contribuirá para a invisibilidade do que se pratica para aqueles que não estiveram envolvidos no processo do projeto. Não obstante, é importante distinguir a divulgação da qualidade. Um projeto que não cumpriu os objetivos a que se propôs pode ser elucidador para facilitadores que queiram perceber erros comuns a evitar, por exemplo. O facto de estes projetos estarem associados ao trabalho com comunidades de contextos socioeconómicos desfavorecidos ou com grupos vulneráveis poderia incentivar a um melhoramento constante mais ativo, o que se tornaria mais fácil se existisse divulgação sobre os projetos e sua avaliação. Por outro lado, um *corpus* de publicações mais consistente significaria essa prática, tanto do ponto de vista da academia como do ponto de vista dos potenciais financiadores. Este aspeto deveria ser discutido, equacionando-se até que ponto os interesses das entidades financeiras (Estado, instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian, governos locais, etc.) devem influenciar a prática e redirecionar o foco de trabalho dos projetos para outros pontos que não o bem-estar dos participantes e o processo artístico. Este tipo de reflexão começa a surgir em países como o Reino Unido (RIMMER 2018). O financiamento não deve ser um motivador principal para se mudar algo no meio, sendo, no entanto, necessário ter em conta que este tipo de projetos pode ter custos elevados e que carece de modos de sustentabilidade logística.

Relativamente à base de dados (ainda em construção), note-se que, conforme referido anteriormente, uma parte da prática de MC em Portugal é invisível. Fruto desta característica, e evitando tautologias, torna-se evidente que os projetos inseridos nesta plataforma não serão necessariamente uma representação completa da prática, mas sim uma representação do que é visível. Dessa forma, e semelhante ao viés de sobrevivência,¹³ apelida-se este efeito de viés de visibilidade. Isto porque existe o risco de se considerarem estes projetos como sendo o «estado da arte», ignorando aqueles que não passaram o crivo da seleção para a base de dados e os que não foram detetados na pesquisa. Uma metodologia de recolha de projetos baseada em relatos orais, em contacto com informantes, irá beneficiar projetos mais invisíveis, dinamizados por agentes singulares em contextos mais intimistas e fechados, quando comparados com projetos de maiores dimensões e divulgação. São menos frequentes, menos detalhados e mais difíceis de corroborar, mas abrem espaço ao contacto com metodologias diferentes da «norma». Por seu lado, os projetos que deixam «rastro» digital — artigos, vídeos, gravações, cartazes, entradas de blogues — poderão beneficiar aqueles com perspetivas semelhantes sobre o papel da divulgação, favorecendo um «abrir de portas» aos seus processos de criação.

¹³ Viés de sobrevivência acontece quando investigadores focam a sua análise em indivíduos, grupos ou casos que passaram um processo de triagem, ignorando os que não o fizeram.

Um fator que, sem dúvida, impacta nas práticas em MC em Portugal é o financiamento (ou a sua inconsistência). Outros países com agentes financiadores mais presentes (RIMMER 2015, 2018) também contam com uma institucionalização da necessidade de publicar relatórios ou até artigos sobre a elaboração dos projetos. Por outro lado, o percurso académico e profissional dos facilitadores também é uma variável a ter em conta e, em Portugal, pode ser extremamente variado e nem sempre associado a instituições de ensino superior. Ou seja, muitos dos facilitadores identificados no país não têm formação superior na área da MC, sendo músicos ou professores de música, e desenvolvem estes projetos em paralelo com outras atividades. Nota-se que os artigos publicados estão maioritariamente associados a projetos onde os investigadores eram também os facilitadores e, portanto, estavam de alguma forma integrados numa instituição de ensino superior, ou o projeto era parte de uma dissertação/tese a ser desenvolvida. Quando existe uma ténue ligação dos facilitadores com a investigação, reduz-se a possibilidade que algumas práticas tenham disseminação e discussão no meio, tornando-se invisíveis ou localizadas nos espaços de ação de quem as desenvolve. No entanto, o crescente número de investigações de mestrado e doutoramento sobre MC a ser levadas a cabo sugere um crescente interesse na reflexão sobre estes projetos, através de uma análise etnográfica e também do ponto de vista da prática reflexiva.

E será o desfasamento entre escrita e prática algo real, ou simplesmente não se faz tanto como se professa? Consideremos os dados supracitados de um outro ponto de vista: a base de dados favorece a recolha de projetos visíveis, sendo que todos os projetos discutidos nas diversas publicações já foram adicionados. Deste modo, somando todas as publicações como se fossem sobre projetos diferentes (que não são) então teríamos 42 artigos e dissertações/teses sobre projetos de MC em Portugal. Isso indicaria que cerca de 40 % dos 115 projetos selecionados para análise neste artigo têm uma publicação associada. No entanto, esse número é menor se considerarmos que, como demonstrado acima, várias destas publicações se debruçam sobre os mesmos projetos. Alargando o foco para projetos que não estão na base de dados por falta de publicação, pode pensar-se que talvez apenas um terço ou menos dos projetos desenvolvidos em Portugal tem escrita associada. Em abstrato, será difícil perceber se a proporção. No entanto, no que respeita a projetos que lidam com comunidades de contextos socioeconómicos desfavorecidos ou com grupos vulneráveis (idosos, refugiados, pessoas com necessidades especiais), é urgente existir mais partilha de boas práticas, mais reflexão sobre essas prática e fragilidades detetadas nos processos para que este campo de trabalho seja beneficiado. Em estudos futuros, poderá refletir-se sobre se essa análise terá de ser ou não associada ao meio académico, ou se este tipo de escrita se adequa a este formato de projetos. Novos modelos de comunicação científica abrem portas para abordagens mais facilmente adaptáveis à reflexão sobre práticas artísticas. Um exemplo é algo que vários dos projetos mencionados neste

artigo já fazem, que é a elaboração de documentários que acompanham o processo de trabalho e as apresentações finais em formato de espetáculo.

Apesar da quebra na quantidade de projetos levados a cabo durante o período da pandemia, a análise da base de dados parece indicar que as práticas em MC e a sua disseminação estão em expansão em Portugal. A existência de dois cursos superiores na área leva a que existam cada vez mais profissionais capacitados para o desenvolvimento de projetos. Quando o panorama português de MC se aproximar do paradigma de financiamento e apoios que existe no Reino Unido ou em França (financiamento público consistente, atribuído através de processos de concurso, a entidades de diversas dimensões e localizações geográficas, com focos e populações afetadas diversas), então será possível uma discussão mais concreta sobre o que se escreve sobre MC em Portugal, como se escreve e quem o faz.¹⁴

Referências bibliográficas

- A3ES (2017) - ACEF/1415/03002 — Relatório final da CAE, disponível em <https://www.a3es.pt/sites/default/files/ACEF_1415_03002_acef_2014_2015_aacef.pdf>
- ALVES, Vera Marques (2007), «“A poesia dos simples”: Arte popular e nação no Estado Novo», *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 11/1, pp. 63-89
- ANACLETO, Joana Catarina Alves (2014), «Um projeto comunitário no Centro Social de São Tiago de Lobão» (dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro)
- AREZ, Abel et al. (2018), «ParticipART – “Amanhã Temos Bom Dia”: Projeto Artístico de Intervenção Comunitária», *Revista Portuguesa de Educação Artística*, 8/1, pp. 81-93
- BERGH, Arild (2007), «I'd like to Teach the World to Sing: Music and Conflict Transformation», *Musicae Scientiae*, 11/2, pp. 141-57
- BISHOP, Claire (2012), *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship* (London, Verso)
- BOAL-PALHEIROS, Graça (2017), «Singing Against Loneliness: Songs of a Homeless Choir in Porto», *Music and Arts in Action*, 6/1, pp. 63-79
- BOWMAN, Wayne (2009), «The Community in Music», *International Journal of Community Music*, 2/2, pp. 109-28
- CESEM, *Educação e Desenvolvimento Humano*, disponível em <<https://cesem.fcsh.unl.pt/investigacao/grupos-de-investigacao/educacao-e-desenvolvimento-humano>> (acedido 9 de Fevereiro de 2023)
- COSTA, Jorge Alexandre, Ana Isabel CRUZ e Graça Mota (2019), «Between Adoption and Adaptation: Unveiling the Complexity of the Orquestra Geração», *Research Studies in Music Education*, 41/3, pp. 293-309
- CRUZ, Hugo (2019), *Arte e Esperança: Percursos da Iniciativa PARTIS 2014-2018* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian)
- DANSEREAU, Diana e Beatriz Ilari (2017), «Where Have All the Little Ones Gone? Young Children and Community Music», *International Journal of Community Music*, 10/3, pp. 237-46

¹⁴ Agradecemos aos professores Paulo Ferreira Rodrigues e Ana Isabel Pereira o contributo prestado na revisão deste manuscrito.

- Despacho n.º 5473/2019 de 5 de Junho do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Diário da República: 2.ª série, N.º 108
- DISSANAYAKE, Ellen (2009), *Bodies Swayed to Music: The Temporal Arts as Integral to Ceremonial Ritual, Communicative Musicality* (Oxford, Oxford University)
- Portaria n.º 1552/2007 de 7 de Dezembro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Diário da República, 1.ª série, N.º 236
- Despacho n.º 8751/2018, de 13 de Setembro no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Diário da República: 2.ª série, N.º 177
- ELLIOTT, David J. (2012), «Commentary: Music in the Community», *The Oxford Handbook of Music Education* (Oxford, Oxford University Press), vol. 2
- EUROSTAT - Government expenditure on cultural, broadcasting and publishing services, disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Government_expenditure_on_cultural,_broadcasting_and_publishing_services> (acedido 9 de Janeiro de 2023)
- EVERITT, Anthony (1997), *Joining in: An investigation into participatory music* (London, Calouste Gulbenkian Foundation)
- FARIA, Cristina (2013), «Levantamento e caracterização de projectos musicais implementados em estabelecimentos prisionais femininos portugueses (2005 a 2010)» (tese de doutoramento Universidade Nova de Lisboa)
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – PARTIS, disponível em <<https://gulbenkian.pt/programas/programa-gulbenkian-coesao-e-integracao-social/inovacao-e-investimento-social/partis/>> (acedido 1 de fevereiro de 2023)
- GRAÇA, Jorge, Helena RODRIGUES e Paulo Maria RODRIGUES (2021), «Projecto X: A Journey Inside Ourselves and What We Found When We Arrived», *Nordic Journal of Art and Research*, 10/2, 1-25
- HALLAM, Susan *et al.* (2012), «Perceived Benefits of Active Engagement with Making Music in Community Settings», *International Journal of Community Music*, 5/2, pp. 155-74
- HIGGINS, Lee (2009), «Community Music and the Welcome», *International Journal of Community Music*, 1/3, pp. 391-400
- HIGGINS, Lee (2012), *Community Music: In Theory and In Practice* (New York, Oxford University Press)
- KERTZ-WELZEL, Alexandra (2009), «A Matter of Comparative Music Education? Community Music in Germany», *International Journal of Community Music*, 1/3, pp. 401-9
- KERTZ-WELZEL, Alexandra (2013), «Internationalizing and Localizing: Shaping Community Music in Germany», *International Journal of Community Music*, 6/3, pp. 263-72
- LAMELA, Inês (2017), «Reclusão e experiência musical: A prática de piano em contexto prisional» (tese de doutoramento, Universidade de Aveiro)
- LAMELA, Inês (2021), «Fugue for Four Voices: Building Narratives Through Music Behind Bars», *Musicae Scientiae*, 25/3, pp. 303-16
- LAMELA, Inês, Paulo Maria RODRIGUES (2016), «Understanding Leadership in Community Music-Making Projects Behind Bars: Three Experiences in Portuguese Prisons», *International Journal of Community Music*, 9/3, pp. 257-71
- MALLOCH, Stephen e Colwyn TREVARTHEN (2010), *Communicative Musicality: Exploring the Basis of Human Companionship* (Oxford, Oxford University Press)
- MATARASSO, François (2019), *A Restless Art: How Participation Won, and Why it Matters* (London, Calouste Gulbenkian Foundation)
- MOREIRA, Pedro e Ana GAMA (2020), «Música na Comunidade e intervenção: uma abordagem às práticas dos estudantes da Licenciatura em Música na Comunidade da ESELX/ESML em contexto de estágio (2015-2017)», *European Review of Artistic Studies*, 11/3, pp. 67-82
- REIS, Mónica Sousa (2017), «Viagem à Fragilândia: Um projeto comunitário com pessoas da Cerci-Feira», (dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro)
- RIMMER, Mark (2015), «‘Doing What Needs to be Done’: Understandings of UK-based Community Music – Reflections and Implications», *International Journal of Community Music*, 8/2, pp. 179-95

- RIMMER, Mark (2018), «The Art of Survival: Community-based Arts Organisations in Times of Austerity», *Community Development Journal*, 55/2, pp. 295-312
- RINDE, Felicity Burbridge e Tiri Bergesen SCHEI (2017), «Towards an Understanding of Community Music in Norway», *International Journal of Community Music*, 10/1, pp. 19-31
- RODRIGUES, Helena (2003), *BebéBabá: Da musicalidade dos afectos à música com bebés* (Porto, Campo de Letras)
- RODRIGUES, Helena et al. (2010), «Music for Mothers and Babies Living in a Prison: A Report on a Special Production of ‘BebéBabá’», *International Journal of Community Music*, 3/1, pp. 77-90
- RODRIGUES, Helena Maria, Paulo Maria RODRIGUES e Jorge Salgado CORREIRA (2010), *Communicative Musicality as Creative Participation: From Early Childhood to Advanced Performance*, Communicative Musicality (Oxford, Oxford University Press)
- RODRIGUES, Helena e Paulo Maria RODRIGUES (2005), «A Educação e a Música no divã – ‘nóias’, paranóias, dogmas e paradigmas – seguido de apontamento sobre uma ‘gota no oceano’», *Revista de Educação Musical da Associação Portuguesa de Educação Musical*, pp. 61-82
- RODRIGUES, Helena e Paulo Maria RODRIGUES (2009a), «Jogo, Música e Afetos», *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 29/2, pp. 139-48
- RODRIGUES, Helena e Paulo Maria RODRIGUES (2009b), «BebéBabá: Potencialidades terapêuticas e comunicacionais de um projecto artístico e educativo dirigido a famílias com bebés», in *Ser bebé, tornar-se pessoa: Afetos comemorativos* (Coimbra, Edições Almedina)
- RODRIGUES, Helena e Paulo Maria RODRIGUES (2014), *Arte de ser professor: O projecto musical e formativo Grande Bichofonia* (Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical)
- SILVA, Carolina Miguel Carvalho, «Projeto de Música na Comunidade no Centro de Dia S. Vicente de Paulo», (dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro)
- SMALL, Christopher (1998), *Musicking: The Meanings of Performing and Listening* (Connecticut, Wesleyan University Press)
- VEBLEN, K. K. (2007), «The Many Ways of Community Music», *International Journal of Community Music*, 1/1, pp. 5-21

Jorge Graça é Doutor em Ciências Musicais pela NOVA FCSH e investigador integrado no CESEM. A sua investigação centra-se na Música na Comunidade em Portugal e nas suas potenciais ligações com o Ensino Artístico Especializado da Música. É saxofonista e músico eletrónico, colaborando regularmente com grupos como a Companhia de Música Teatral em performances ao vivo e instalações. Bolsa de Doutoramento atribuída pela FCT (PD/BD/150617/2020). ORCID  <https://orcid.org/0000-0003-1104-0596>.

Helena Rodrigues é Professora Associada com Agregação na NOVA FCSH. É uma das fundadoras do Laboratório de Música e Comunicação na Infância (LAMCI) no CESEM e da Companhia de Música Teatral. Foi Investigadora Residente na Royal Flemish Academy of Belgium for Science and the Arts. Coordenou os projetos Opus Tutti e GermInArte, dedicados à música na primeira infância. ORCID  <https://orcid.org/0000-0003-4519-6716>.

